

Isac Alves Correia

Mestrando em Demografia pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte (UFRN) e
pesquisador do Observatório das
Migrações Nordestinas.
isc.correia49@gmail.com

Ricardo Ojima

Sociólogo, doutor em demografia
e docente do Departamento de
Demografia e Ciências Atuariais
(DDCA/UFRN).
ricardo.ojima@gmail.com

Artigo recebido em:

21/08/2017

Artigo publicado em:

15/12/2017

MIGRAÇÃO E SELETIVIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Migración y la selectividad en el estado de Espírito Santo y en el Region Metropolitana de la Gran Victoria: consideraciones desde el Censos de Población

Migration and selectivity in the state of Espírito Santo and the Great Vitória's Area Metropolitan: considerations regarding Brazilian demographic Census

RESUMO

O objetivo desse artigo é testar a hipóteses de seleção positiva dos migrantes para o recorte estudado. A fonte de dados utilizada consiste nos microdados do Censo Demográfico 2010. Adota-se o modelo de regressão logística para testar a seletividade dos migrantes. Os principais resultados mostram uma razão de chance de ser migrante crescente conforme a idade, com OR de 11,45 (IC=3,62-36,24) para migrantes intermunicipais da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) de 65 anos e mais em comparando-se com categoria de referência (15-19 anos) e que os migrantes interestaduais com destino a RMGV tendem a ser do sexo feminino, mais escolarizados e auferem maiores rendimentos. Já os migrantes interestaduais, com relação ao restante da população, tendem a ser mais escolarizados e de cor/raça preta ou parda; para as variáveis idade e renda não houve associação. Assim, a migração tem se constituído um elemento importante para a região de destino com um incremento da renda nas escalas estadual e metropolitana, com a chegada de trabalhadores mais qualificados e experientes. Porém, a atração por migrantes mais envelhecidos aliada às mudanças nos comportamentos demográficos e a transição urbana representam desafios importantes, especialmente para as políticas públicas ligadas à saúde, previdência e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Migrações; Perfil do Migrante; Desenvolvimento Regional.

RESUMEN

El objetivo fue probar la hipótesis de la selección positiva de los migrantes para el área de estudio. La fuente de datos usada consiste en los microdatos del Censo de Población 2010. Para evaluar la selectividad de los migrantes, se adopta el modelo de regresión logística. Los principales resultados muestran una odds ratio de ser un migrante creciente con la edad, con OR de 11,45 (IC=3,62-36,24) para migrantes intermunicipales de la RMGV de 65 años y más en comparación con la categoría de referencia (15-19 años) y migrantes interestatales con destino a RMGV tienden a ser mujeres, más educados y obtengan mayores ingresos. Migrantes ya un estado a otro, con respecto al resto de la población, tienen la enseñanza más alta y de cor negro y marrom; para la edad y los ingresos no hubo asociación. Por lo tanto, la migración ha sido un elemento importante en la región diana con un aumento en el ingreso en las escalas estatales y metropolitanos, con la llegada de trabajadores cualificados y experimentados. Pero la atracción de los migrantes con más años de edad, junto con los cambios en los comportamientos demográficos y la transición urbana constituyen importantes retos, especialmente para las políticas públicas

relacionadas con la salud, el bienestar y el mercado laboral.

Palabras clave: Migración; Perfil de los Migrantes; Desarrollo Regional.

ABSTRACT

The objective of this article is to test the hypotheses of positive selection of the migrants for the case studied. The main data source used consists of the micro-data of the Demographic Census 2010. The logistic regression model is used to test the selectivity of the migrants. The main results show an increasing odds ratio increasing as the age increases, with OR of 11.45 (CI = 3.62-36.24) for intermunicipal migrants from RMGV of 65 years and over when compared to the reference category (15-19 years) and that the interstate migrants to the RMGV tend to be female, more educated and earn higher incomes. On the other hand, the interstate migrants, with respect to the rest of the population, tend to have scholarship more elevated and to be of black or brown race/color; For the variables age and income there was no association. Thus, migration has become an important element for the destination region with an increase in income on the state and metropolitan scales, with the arrival of more skilled and experienced workers. However, the attraction of older migrants coupled with shifts in demographic behavior and urban transition present major challenges, especially for public policies relating to health, welfare and the labor market.

Keywords: Migration; Migrant Characteristics; Regional development.

INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno de múltiplas faces tanto pelo seu aspecto de mobilidade humana quanto às mudanças sociais, econômicas e demográficas que tal dinâmica envolve e, por isso, tem sido um tema tão recorrente entre os estudos populacionais, na sociologia, geografia e economia, dentre outras (Baeninger, 2000; Baeninger, 2003; Brito; Merrick, 1974; Garcia; Ribeiro, 2004; Justo; Silveira Neto, 2006; 2009; Rigotti, 2008; Sayad, 2000).

No estado do Espírito Santo essa dinâmica tem se manifestado de maneira complementar ao processo de urbanização bastante distinto entre os municípios. O estado como um todo tem crescido acima da média nacional nas últimas décadas (Dota, 2016), em decorrência principalmente dos fluxos migratórios intra e interestadual com destino a RMGV. Assim, os processos migratórios na região e sua dinâmica urbano-regional são constituídos como elementos indissociáveis e questões

essenciais para o planejamento urbano e regional.

Os fluxos migratórios com destino ao estado capixaba, bem como o perfil desses migrantes são bastante úteis para explicar as disparidades no processo de urbanização¹ e a centralidade da região metropolitana na dinâmica econômica do estado.

Diante dessa perspectiva, o presente trabalho pretende complementar os estudos anteriores sobre migração e seletividade, embora incorporando as transformações urbano-regionais do estado capixaba e da RMGV. Espera-se que os migrantes representem um grupo positivamente selecionado da população e que os fluxos migratórios em direção às áreas mais atrativas tenham contribuído para um processo de concentração da população em algumas cidades, especialmente às da região metropolitana, em detrimento de outras.

Além dessa introdução, o artigo contempla uma segunda seção, que apresenta uma revisão da literatura

1 - Proporção de pessoas vivendo na zona urbana.

dos estudos sobre migração e seletividade. A metodologia e a fonte de dados utilizada são apresentadas na terceira seção. Na quarta seção faz-se uma análise preliminar e descritiva dos resultados. Na quinta seção são analisados e discutidos os resultados seguidos das considerações finais na sexta e última seção.

REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos pioneiros de Ravenstein (1889) e de Lee (1966) evidenciam que as características e atributos individuais como a educação e a renda constituem a seleção positiva do migrante. De acordo com Ravenstein (1889) o motor das migrações seriam os desequilíbrios regionais, onde os indivíduos buscam melhorar suas condições materiais ofertando sua mão-de-obra nos grandes centros industriais, sendo os atributos individuais como educação, idade e sexo; considerados importantes.

Segundo Ravenstein (1889) as mulheres são mais móveis no que diz respeito aos movimentos de curta distância enquanto os movimentos de longa distância são em sua maioria realizados por homens. Porém, há outros fatores associados à decisão de migrar para além das realidades individuais como aspectos não materiais negativos (*push*), positivos (*pull*) ou neutros ligados aos locais de origem e de destino; e que foram explanados com a publicação do texto de Lee (1966).

Lee (1966) faz referência aos obstáculos intervenientes aos lugares de origem e de destino dos migrantes. Para o autor, haverá sempre os fatores de expulsão, atração e neutros tanto para o lugar de origem quanto para o de destino do migrante. Para que o indivíduo opte pelo deslocamento é necessário que haja um saldo positivo em seu favor considerando os demais fatores. Esses obstáculos são importantes para explicar porque as migrações são sempre seletivas, haja vista que os “débeis e

incapazes” não passarão pela peneira. Os contatos pessoais e as informações de que dispõem os indivíduos, portanto, serão úteis para superar alguns desses obstáculos (Lee, 1966, p. 112).

Dentro da perspectiva microeconômica neoclássica o fenômeno migratório reassume os estudos de Ravenstein (1889) (Barbieri et al, 2010) como resultado de estímulos locais (Becker, 1964; Lewis, 1954; Massey et al, 1993; Ranis; Fei, 1961), muitas vezes também apontados por Lee (1966) sob a forma de fatores *push* e *pull* (Gilbert; McLeman, 2010).

Sob o prisma da Teoria Microeconômica Neoclássica, sustenta-se a hipótese de que os indivíduos são racionais e possuem informações fidedignas e a priori dos locais de origem e de destino. Assim, estes calculam os custos e os benefícios associados à decisão de migrar ou de permanecer. Nesse sentido, a migração é vista como uma investida pessoal para ajustar as condições de vida quando os custos associados forem inferiores aos ganhos (Lilleør; Van Den Broeck, 2011; Sjaastad, 1962; Todaro, 1969).

Harris e Todaro (1970) defendem esse processo como uma força de equilíbrio do desemprego urbano. Desse modo, enquanto a expectativa de aumento no salário urbano em relação ao salário agrícola existir, a migração de mão-de-obra no sentido rural-urbano vai continuar existindo mesmo com altos níveis de desemprego urbano. Dessa forma, o desemprego seria tolerável a um dado nível de renda impulsionado por programas sociais (Barbieri et al, 2010).

Para os pensadores da Teoria Macroeconômica Neoclássica, as migrações podem ser entendidas sob a ótica da oferta e demanda por trabalho em se tratando de sua distribuição desigual no território. A migração seria impulsionada pelo mercado de trabalho e a sua interação com os demais setores. As regiões menos favorecidas de capital em relação à oferta de trabalho tenderiam a ter

salários mais baixos enquanto que nas regiões com pouca oferta de trabalho em relação ao capital teriam salários mais altos. Essa relação entre oferta de trabalho e capital das regiões definirá a direção dos movimentos populacionais, que poderiam ser eliminados pela extinção dos diferenciais salariais (Lewis, 1954; Ranis; Fei, 1961).

Na visão da Teoria Histórico-Estruturalista a causa das migrações são as desigualdades regionais. Dessa forma, é necessário considerar as condições sociais e não apenas fatores de expulsão e de atração (Germani, 1974; Singer, 1980). Ainda assim, a migração é vista como a mobilidade de trabalhadores e uma resposta à um problema social (Martins, 1986; Singer, 1980).

A inexistência de uma teoria única de migração nos leva a encarar um conjunto desarticulado de abordagens. Para Brito (2009), a literatura que trata dos estudos de mobilidade populacional no Brasil é ampla. No entanto, ainda há a necessidade de pensar a migração em um sentido mais interdisciplinar que dialogue com a complexidade das mudanças estruturais que a sociedade vem passando nos últimos anos 50 anos.

No caso brasileiro, por exemplo, os fluxos migratórios vêm sofrendo alterações em número e direcionamento com perda expressiva de poder de atração populacional para espaços tradicionalmente ganhadores de população e criação de novos espaços. Na década de 1980 as transformações na dinâmica espacial da economia brasileira contribuíram para que parte dos fluxos migratórios com destino ao Sudeste, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro, fossem redirecionados para outras Unidades da Federação, configurando uma redistribuição espacial da população e novo panorama de desenvolvimento socioeconômico do país com o surgimento de centros urbanos (Cunha; Baeninger, 2001).

De acordo Baeninger (2003), a

migração tem se convertido em um elemento essencial do crescimento populacional à medida que essa dinâmica tem se manifestado em localidades com tamanhos diferenciados, indicando que o atual processo de urbanização no Brasil é marcado pelo fenômeno dos deslocamentos, principalmente de áreas urbanas para outras áreas urbanizadas. Assim, os movimentos populacionais têm não somente se constituído em diversas variações de mobilidade humana que resultam de e em importantes mudanças sociais e econômicas ao longo da história (Baptista; Campos; Rigotti, 2012) como também tem seu papel decisivo na formação das cidades e dos grandes centros urbanos.

Os estudos sobre esse tema no Brasil têm dado uma importância maior em entender os diferenciais entre migrantes e não migrantes (Costa, 1975; Martine, 1994; Martine; Peliano, 1980; Martine; Neupert, 1988; Merrick; Graham, 1981). Em geral, tais estudos têm adotam os dados censitários e apontado diferenciais significativos entre as duas categorias analisadas.

Com base no que foi exposto, consideramos que a migração tem um papel importante para o planejamento urbano e regional (Ojima, 2015), sobretudo porque está diretamente associada à distribuição espacial da população. Desse modo, os fluxos migratórios precisam ser melhor entendidos no contexto da formação e do planejamento das cidades, conforme concebidos nesse trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Base de dados e categorias de análise

A população utilizada para a comparação das categorias de migrantes com não migrantes foi extraída da população residente no Espírito Santo com 15 anos de idade e mais, declarada no Censo Demográfico 2010. Adotou-se



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES
Julho - Dezembro, 2017
ISSN 2175 - 3709

2 - Considerando que os efeitos indiretos da migração não provocam erros significativos sobre as estimativas.

esse filtro para evitar viés de seleção de idade², já que os migrantes certamente formarão um grupo seletivo em determinadas idades (Martine, 1980).

As variáveis adotadas para analisar a seletividade do migrante foram sexo: masculino e feminino; idade: i) 15 a 19 anos, ii) 20 a 24 anos, iii) 25 a 34 anos, iv) 35 a 44 anos, v) 45 a 54 anos, vi) 55 a 64 anos e vii) 65 anos e mais; cor/raça: i) branca, ii) preta e iii) parda; nível de instrução: i) sem instrução ou ensino fundamental incompleto, ii) ensino fundamental completo ou médio incompleto, iii) ensino médio completo ou superior incompleto e iv) ensino superior completo; e renda: i) até um salário mínimo, ii) mais de um e até três salários mínimos, iii) mais de três e até cinco salários mínimos, iv) mais de cinco e até nove salários mínimos e v) mais de nove salários mínimos.

Para a comparação com o restante da população, são adotadas as categorias de migrantes para as duas escalas (estadual e municipal):

Migrante interestadual – residente não natural desta UF ou que, na condição de residente natural, tenha morado em outra UF ou país estrangeiro.

Migrante intermunicipal – residente não natural deste município ou que, na condição de residente natural, tenha morado em outro município ou país estrangeiro.

De forma complementar, o estudo analisa os volumes de imigrantes e emigrantes interestaduais bem como as principais origens e destinos e adotam-se os seguintes conceitos para caracterizar as regiões quanto à expulsão ou atratividade desses fluxos migratórios:

Taxa Líquida de Migração (TLM) – Razão entre o saldo migratório (diferença do volume de imigrantes e de emigrantes) e a população residente de uma determinada região. Essa taxa indica o quanto à população foi acrescida ou diminuída pelos processos migratórios;

Índice de Eficácia Migratória (IEM) – Razão entre o saldo migratório e a migração bruta, sendo esta última a

soma dos fluxos de imigrantes e emigrantes de uma região. Esse indicador mensura a capacidade da região no sentido de absorver ou repelir sua população (Baeninger; Leoncy, 2001).

Métodos

Para atender os objetivos propostos, o presente trabalho utiliza-se de métodos de estatísticas descritivas e modelos de regressão logísticas por meio do *software* estatístico R versão 3.3.1.

Foram testados três modelos de regressão logística:

Modelo 1 – A variável resposta assume valor 1 quando o indivíduo é migrante interestadual e 0 no caso contrário. Esse modelo será usado para verificar os diferenciais entre de residentes no Espírito Santo segundo o *status* migratório;

Modelo 2 – A variável resposta assume valor 1 quando o indivíduo é migrante interestadual com destino a RMGV e 0 no caso seja migrante interestadual e tenha escolhido outros municípios da UF como destino. Pretende-se, com esse modelo, comparar os perfis de migrantes interestaduais residentes no Espírito Santo segundo o destino (região metropolitana e outros municípios);

Modelo 3 – A variável resposta assume valor 1 quando o indivíduo é migrante intermunicipal da RMGV e 0 no caso contrário. Assim, o modelo 3 faz-se uma comparação entre residentes na RMGV segundo o *status* migratório.

O modelo de regressão logística pertence à família dos Modelos Lineares Generalizados. Esse modelo permite estimar o comportamento da variável dependente (*y*) em relação às variáveis explicativas. Assim, no modelo de regressão logística binomial, a variável resposta (*y*) é dada pela probabilidade de o evento ocorrer (McCullagh; Nelder, 1989) em que a variável binária *y* assume dois valores (1, caso o evento ocorra; e 0, caso contrário). Desse modo, a chance de o indivíduo ser migrante é dada por $p/(1-p)$, que indica a probabilidade de o

indivíduo ser migrante sobre a probabilidade de ser não migrante (Hosmer; Lemeshow, 1989).

Foram adotadas como parâmetros de análise as Razões de Chance (*odds ratio* - *O.R*) que não incluíram a unidade nos seus respectivos intervalos de confiança de 95% e que foram estatisticamente significativas ($p\text{-valor} < 0,05$) no modelo de regressão. A razão de chances equivale a uma comparação entre as chances de sucesso sobre as chances de fracasso e é dada pela seguinte equação:

$$\log [p/(1-p)] = \alpha + \beta_1.X_1 + \beta_2.X_2 + \dots + \beta_p.X_p$$

Onde o sucesso corresponde à probabilidade de o indivíduo migrar no primeiro e terceiro modelos, x é a variável independente a qual queremos associar a decisão de migrar (no caso a idade, sexo, renda, nível de instrução e cor/raça); β_1 e β_2 são os coeficientes estimados na regressão e α é o erro padrão. No segundo modelo a variável resposta é dada pela probabilidade de o migrante escolher a região metropolitana como destino e as demais variáveis, além de β_0 e β_1 , assumem as mesmas posições de anteriormente.

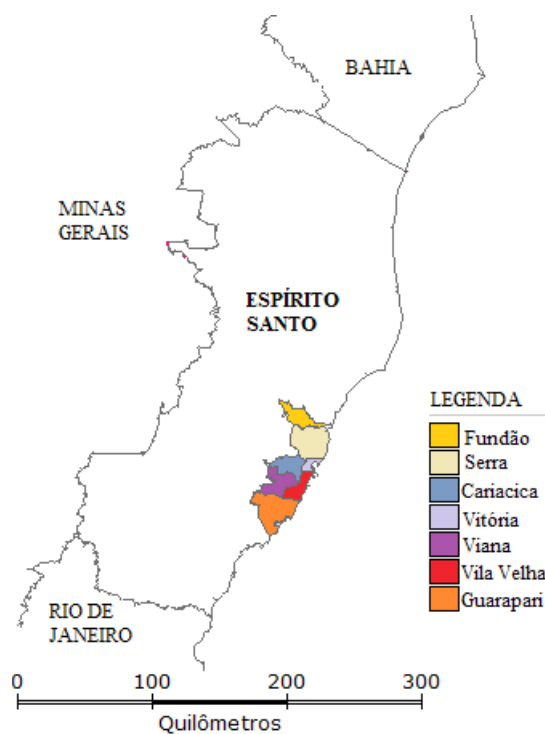
A razão de chance pode ser definida como a razão entre a chance de o indivíduo migrante ter determinadas características pela chance de essas características estarem presentes no grupo de controle que é o de não migrantes (Ojima; Costa; Calixta, 2014). Para $OR < 1$, a presença de tal característica diminui a chance de ocorrência do evento de interesse, ou seja, do indivíduo ser migrante nos modelos 1 e 3 (e de o migrante escolher a RMGV como destino no modelo 2); uma $OR > 1$ indica que a presença dessa característica aumenta as chances de ocorrência da variável resposta; e com $OR = 1$, a presença dessa característica não tem efeito sobre a variável resposta (Oliveira, 2015). Com a utilização dessa metodologia buscam-se evidências empíricas entre determinadas características pessoais e o *status* migratório.

O estado do Espírito Santo e a Região Metropolitana da Grande Vitória

Embora o Espírito Santo esteja localizado na região mais dinâmica do país em termos econômicos, o estado é o que apresenta o segundo menor Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Sudeste, ficando na frente somente do estado de Minas Gerais³. Com uma População Economicamente Ativa (PEA) de 1,8 milhões, o PIB do estado capixaba é composto pelos segmentos da agropecuária (9,3%), de indústria (34,5%) e de serviços (56,3%) que é o de maior participação na economia capixaba.

3 - Adotamos o PIB *per capita* de 2010 como um indicador de desenvolvimento, embora esse conceito seja muito mais amplo e que foge do escopo desse trabalho.

FIGURA 1: Mapa de localização do estado do Espírito Santo e da Região Metropolitana de Vitória



Fonte: IBGE, Malha Municipal Digital (2010).

De acordo com os Censos Demográficos (IBGE), a População em Idade Ativa (PIA representava 52,4% na composição do estado na década de 1970, percentual que vem crescendo a cada ano, chegando em 2010 a cerca de 70% da população residente. Essas mudanças também são bastante importantes para sinalizar os motivos pelos quais as taxas de crescimento nesse estado têm sido elevadas em se comparando a média nacional e a nível regional. As mudanças na estrutura produtiva, com o incentivo à desconcentração da atividade industrial na década de 1980, promoveram uma perda de expressividade migratória de antigos espaços de atração e redirecionaram esses movimentos populacionais para novos espaços (Oliveira; Oliveira, 2011); e são questões que podem explicar esse crescimento da população na RMGV.

Em 2010, os municípios com as maiores participações na composição do PIB estadual eram Vitória (39,9%), Serra (20,2%) e Vila Velha (11,1%), ambos da RMGV que chegava a representar mais de 81% do PIB total de todo o estado. Vitória e Serra também apresentavam os maiores PIB *per capita* do estado, com R\$ 18,8 mil e R\$ 7,6 mil respectivamente.

Os municípios de Serra e Vila Velha eram os únicos municípios do estado que tinham mais de 400 mil habitantes cada em 2010. A concentração da população na região metropolitana reafirma seu destaque no estado, ao passo que mais de 48% da população total do Espírito Santo residia em um dos sete municípios da região metropolitana em 2010. A RMGV respondia ainda em 2010 por quase 60% da população urbana de todo o estado capixaba (IBGE, 2010a; 2010b).

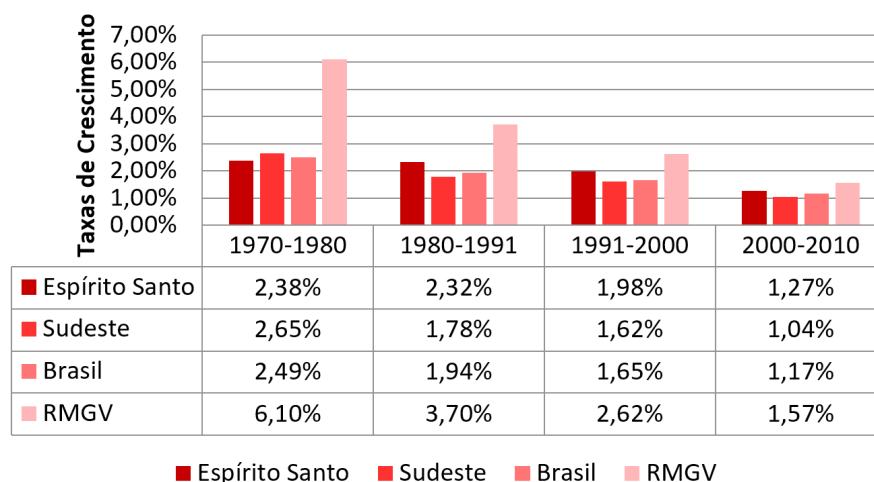
A literatura que trata da economia do estado capixaba a caracterização em três grandes ciclos. O primeiro ciclo, caracterizado pela economia de base cafeeicultora familiar, dominou a economia do estado entre o século XIX e a década de 1950. O segundo

ciclo é subdividido em duas fases, em que em um primeiro momento (1960-1975) foi incentivada a instalação de pequenas e médias empresas e em um segundo foram instalados grandes empreendimentos produtores de *commodities* entre as décadas de 1975 e 1980. No terceiro ciclo (a partir de 1990) houve uma ampliação das *commodities* com a ascensão de arranjos produtivos como o metal-mecânico, rochas ornamentais, moveleiro e confecções (Caçador; Grassi, 2013).

Alguns estudos têm destacado que os Planos de Governo no decorrer do século XX, incluindo os incentivos à instalação de grandes indústrias como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Aracruz Celulose; foram importantes para a reafirmação dessa polarização da cidade de Vitória e seu entorno. Esses incentivos fizeram com que a região metropolitana concentrasse maior parte da produção de riquezas do estado (Caçador; Grassi, 2009; Oliveira Jr; Monteiro; Tulli, 2014; Oliveira Jr et al, 2014; Toscano et al, 2014).

Essa dinâmica econômica do Espírito Santo teve suas consequências sobre a redistribuição espacial da população, tendo como resultado um crescimento acelerado da região metropolitana do estado, com taxas acima da média nacional principalmente no período de 1970-1980. Conforme mostra o Gráfico 1, nesse período (1970-1980) a população do estado crescia à uma taxa média anual de 2,38%, inferior ao crescimento da região Sudeste de 2,65% ao ano, enquanto a RMGV crescia à uma taxa média anual superior de 6,1% e que era mais que o dobro da taxa de crescimento anual da população da UF.

GRÁFICO 1: Taxas de Crescimento Geométrico – RMGV, Espírito Santo e locais selecionados (1970-1980, 1981-1991, 1990-2000 e 2000-2010)



Fonte: Censos Demográficos, 1970 a 2010 (IBGE).

Ainda assim, conforme se observa no Gráfico 1, o estado do Espírito Santo como um todo tem experimentado altas taxas de crescimento entre os anos intercensitários em se comparando com os níveis regional e nacional. Somando-se a isso, o estado tem recebido um contingente de migrantes entre as últimas décadas que tem impulsionado o crescimento populacional do estado e, no entanto, ele experimenta uma urbanização menos acelerada do que o Sudeste e o Brasil como um todo (Correia, 2016).

A urbanização tem se manifestado, devido a esse processo, de forma bastante desigual e por isso a RMGV tem apresentando as taxas de crescimento, de urbanização e atração migratória superiores aos demais municípios do estado. Desse modo,

a evolução do grau de urbanização foi bastante elevada na RMGV em se comparando com os demais municípios, sobretudo pela atração de um contingente populacional considerável, enquanto esse processo no estado capixaba como um todo tem sido menos acelerado.

Ao observar a Tabela 1, percebe-se que as fronteiras com os estados mineiro, baiano e fluminense facilitaram a vinda e ida de migrantes (Dota, 2016; Dota; Coelho; Camargo, 2017). No período de 1970-80, os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro representavam juntos 83,2% dos imigrantes no estado e formavam cerca de 7% da população capixaba da década de 1980, patamar que vem se mantendo até o último censo demográfico.

TABELA 1: Pessoas que residiam no Espírito Santo há menos de dez anos ininterruptos nas décadas 1970-1980, 1981-1991, 1990-2000 e 2000-2010

Origem	1970-80	%	1981-91	%	1990-00	%	2000-10	%
Bahia	20.848	12,46	36.672	16,62	68.018	22,96	68.695	24,58
Minas Gerais	80.992	48,41	86.263	39,11	88.792	29,97	78.035	27,92
Rio de Janeiro	37.415	22,37	49.456	22,42	57.399	19,38	44.104	15,78
São Paulo	10.234	6,12	17.299	7,84	21.967	7,42	19.531	6,99
Outras UF	17.800	10,64	30.895	14,01	60.071	20,28	69.145	24,74
Total de Imigrantes	167.289	100,00	220.585	100,00	296.247	100,00	279.510	100,00

Fonte: Censos Demográficos, 1970 a 2010 (IBGE).

4 - Embora, desde 1981-91 esse estoque negativo nas trocas com Rondônia vem sendo reduzido, com a diminuição de migrantes capixabas que procuravam o estado rondoniense como destino.

5 - Conforme proposto por Baeninger e Leoncy (2001), o Índice de Eficácia Migratória (IEM) é classificado em sete grupos onde valores. No caso estudado são identificados IEM compreendidos entre 0,9 a -0,9 indicam área de rotatividade migratória; de 0,10 a 0,29 são áreas de baixa absorção e entre 0,30 e 0,50 que caracterizam áreas de média absorção migratória.

Dessa forma, percebe-se que os fluxos migratórios capixabas ganham mais relevância com estados próximos. Relações importantes de curta distância são estabelecidas com São Paulo e com estados fronteiriços (Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro); que também eram os principais destinos dos capixabas, com exceção aos emigrantes com destino a Rondônia nas décadas de 70 a 80 pelos incentivos do governo federal a expansão da fronteira agrícola (ISJN, 2005; Castiglioni, 2009). Entretanto, como destaca Dota (2016), esses movimentos são resultados de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que facilitam a entrada e a saída de um lugar para o outro.

O efeito da migração interestadual na população é mais significativo no período de 2000 a 2010. Considerando o primeiro período, a Taxa Líquida de Migração (TLM) de -0,1289 indica uma perda líquida quase insignificante de habitantes. Desde 1981-1991 a população vem crescendo positivamente pelo efeito da migração, chegando a alcançar uma TLM de 3,64 em 2000-2010, indicando um ganho de indivíduos pelos fluxos. Isso ocorreu devido ao fato de mais pessoas imigrarem com destino ao Espírito Santo, ao passo que em 2000-2010 chegaram 279,5 mil novos indivíduos, enquanto que apenas 151,6 mil deixaram o estado.

Somente em 1970-1980, observava-se uma migração líquida negativa de -2,607. Nesse período 169,8 mil indivíduos migraram do estado com destino a diversas Unidades Federativas (UF) do país e, ao mesmo tempo chegavam 167 mil migrantes, oriundos em especial dos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo. Apesar de haver uma perda de indivíduos na população de 1980, nas décadas seguintes ocorre algo bem diferente, haja vista que o número de habitantes foi acrescido decorrente do estoque positivo de migrantes manti-

dos nas trocas com Bahia e Minas Gerais e a partir de então com o Rio de Janeiro, São Paulo e demais UF com exceção de Rondônia⁴.

No que diz respeito ao Índice de Eficácia Migratória (IEM), este sinaliza perda migratória com um valor de -0,01 em 1970-1980 indicando uma área de rotatividade migratória⁵ (Baeninger; Leoncy, 2001; Oliveira; Oliveira, 2011). Já de 1981-1991 e 1990-2000 para 2000-2010 há uma mudança de baixa para média absorção migratória ao observar uma elevação no IEM (0,15; 0,22 e 0,30; respectivamente) à medida que novos investimentos foram surgindo no estado e outras cidades além da região metropolitana foram se desenvolvendo economicamente (Dota, 2016) e, portanto, o surgimento de centros urbanos e a formação das cidades médias possibilitaram um direcionamento dos fluxos migratórios para distâncias menores e de curta duração (Oliveira; Oliveira, 2011). Surgem, portanto, novos espaços de atração dentro dos limites estaduais.

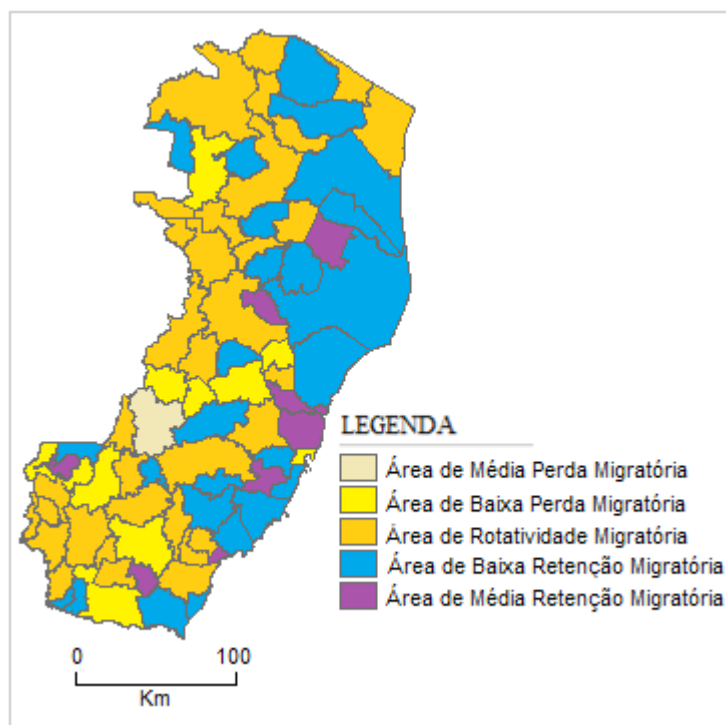
Podemos observar outras mudanças ao comparar uma migração bruta de 337 mil em 1970-80 com 431 mil em 2000-2010. Se na década de 80 os emigrantes representavam cerca de 50,4% da migração bruta, em 2010 era de apenas 35,2%. Já o volume de imigrantes em cerca de 49% de 1970 a 1980 passou para quase 65% de 2000 a 2010, o que significa dizer que mais indivíduos passaram a procurar as cidades capixabas. Principalmente nas décadas de 1991 e 2000 em que houve crescimentos na imigração acima de 30% em cada período, os estados da Bahia com aumentos de 75,9% e 85,5% e de São Paulo com 69,0% e 27,0% foram os principais responsáveis por esse movimento.

As migrações têm exercido um papel decisivo para que mais pessoas se concentrem em áreas urbanizadas. Esse processo de urbanização tem sido menos acelerado no Espírito San-

to em se comparando ao Sudeste e ao Brasil como um todo, embora ocorra de forma desigual no espaço com suas singularidades em cada região. Não podemos, inclusive, deixar de con-

siderar uma tendência de polarização cada vez maior nos centros urbanos principalmente na RMGV que obteve taxas de crescimento bem elevadas em relação ao estado.

FIGURA 2: Índice de Eficácia Migratória, municípios do estado do Espírito Santo (2005/2010)



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Ao comparar essa dinâmica do estado na escala municipal, nota-se uma concentração espacial dos migrantes em alguns municípios em detrimento de outros (Dota; Coelho; Camargo, 2017). As áreas de baixa e de média retenção migratória, por exemplo, são mais marcantes entre os municípios da RMGV do que nos demais municípios, que são caracterizados como áreas de baixa perda ou de rotatividade migratória.

Nesse sentido, é importante perceber transformações significativas que influenciaram e resultaram desse processo. A partir da década de 1960, o estado do Espírito Santo passou por um esvaziamento populacional em especial nas áreas rurais com a queda da economia cafeeicultora, fato acom-

panhado pelas modificações na estrutura produtiva com a industrialização nascente. O desenvolvimento do capitalismo, poupador de mão-de-obra e os limites climáticos do modelo primário-exportador em crise lançavam-se como desafios a pequenas unidades familiares e para a questão demográfica (Buffon, 1992).

Em décadas posteriores, com o incentivo ao desenvolvimento de regiões periféricas, o estado capixaba passa a reter menos população e atrai um contingente populacional para os centros urbanos da região metropolitana, incluindo o fluxo migratório intraestadual. As criações de novas oportunidades de crescimento com a elevação da economia brasileira em 1970 permitem ao Espírito Santo uma maior capacidade de absorção do seu

contingente populacional. Já nos anos 80, que ficou conhecido como década perdida, os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente na região metropolitana enfrentavam ciclos de recessão e novos pontos, cidades e regiões do país começaram a se desenvolver economicamente e atrair pessoas, iniciando um processo de desconcentração de atividades econômicas e de

ofertas de bens e serviços (Cano, 1997).

Nos anos 2000 maior parte da população do estado já residia em municípios com mais de 100 mil habitantes, mais de 54% chegando aos 61,4% em 2010 enquanto que esse percentual de apenas 27,7% para o Sudeste e de 54,8% para o Brasil em 2010. Há, desse modo, uma concentração dos indivíduos em determinadas localidades.

TABELA 2: Distribuição da população segundo classes de tamanho da população nos municípios - Espírito Santo e locais selecionados (1991-2010)

Classes de tamanho da população	1991	2000	2010	2010 (SE)	2010 (BR)
Até 5.000	0,2	0,2	0,1	1,7	2,3
5.001 a 10.000	6,6	3,7	2,5	3,4	2,5
10.001 a 20.000	12,8	14,4	11,5	6,2	10,4
20.001 a 50.000	21,3	18,1	20,3	10,8	16,4
50.001 a 100.000	10,7	9,6	4,1	50,1	11,7
Mais de 100.000	48,4	54,1	61,4	27,7	54,8

Fonte: Censos Demográficos, 1991 a 2010 (IBGE)

Com a intensificação das relações do Espírito Santo com seus estados vizinhos, que significaram ganhos em termos econômicos e maior capacidade de atração de investimentos, especialmente em ferrovias e portos; alianças culminaram em relações econômicas, com a criação de polos industriais e na atração de fluxos migratórios com direção ao estado capixaba. O contexto de incentivo ao escoamento da produção de minérios sob as alianças firmadas com Minas Gerais beneficiou o Espírito Santo com a valorização das *commodities* no mercado internacional que garantiam novas oportunidades de geração de trabalho e de renda (Toscano et al., 2014).

Os fluxos migratórios oriundos de cidades de estados fronteiriços ao Espírito Santo com baixo dinamismo econômico e desenvolvimento humano possibilitaram um forte crescimento da

população urbana, principalmente na região metropolitana do estado.

Com base nos dados de data fixa, a RMGV recebeu em torno de 180 mil imigrantes dos quais mais de 60 mil eram de estados com os quais o Espírito Santo faz fronteira no período de 1995/2000. Nesse mesmo período também houve uma participação massiva nos fluxos de migrantes de dentro do estado para a RMGV, onde mais da metade dos imigrantes (54,58%) eram de municípios do próprio estado (IJSN, 2005). No período de 2005/2010 a RMGV foi o principal destino dos migrantes interestaduais concentrando mais de 60% deles.

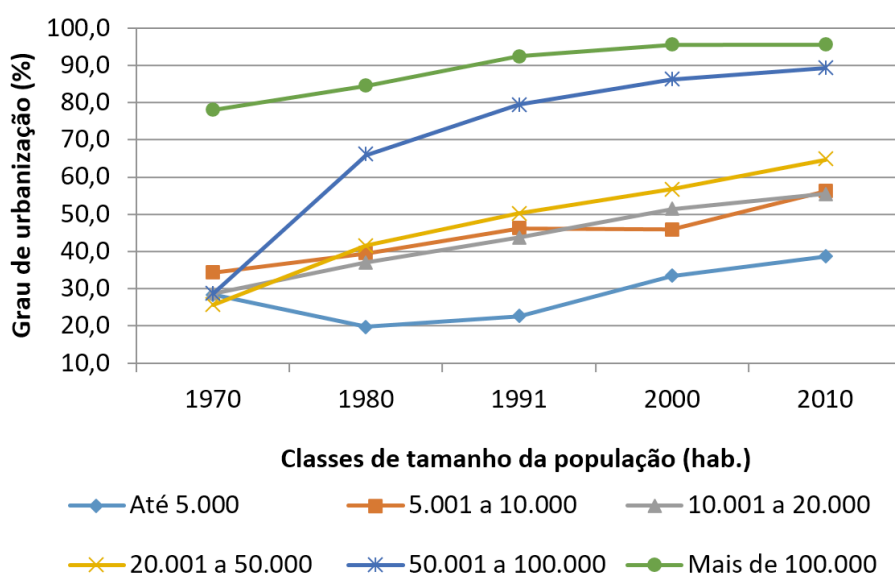
Outra característica é que além de os maiores municípios em termos de número de habitantes (com mais de 50 mil habitantes) serem, como já é de se esperar, os mais urbanizados há municípios vizinhos com popu-

lação predominantemente rural, o que sinaliza uma maior necessidade de planejamento urbano para ambos.

Com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE), a área urbana da RMGV concentrava um contingente populacional de mais de 1,6 milhões de habitantes, representando 47,2% da população de todo o estado. Enquanto isso, 21 dos 78 municípios que compõem o Espírito Santo ainda

detêm um maior número de indivíduos vivendo em áreas rurais do que urbanizadas. Os municípios do estado que possuíam mais e 85% da população predominantemente urbana somavam uma população urbana de 2,1 milhões, com uma taxa de urbanização média de 93,6%. Já os menos urbanizados tinham taxa média de urbanização de 36,9%.

GRÁFICO 2: Grau de urbanização segundo classes de tamanho da população nos municípios - Espírito Santo (1970-2010)



Fonte: Censos Demográficos, 1970 a 2010 (IBGE).

A urbanização do estado embora tenha ocorrido de maneira gradual em se comparando a região Sudeste e ao Brasil tem sido um processo que se manifesta de forma desigual. Inclusive, um detalhe que é necessário destacar é que nos municípios com um contingente populacional com mais de 50 mil habitantes esse processo tem sido mais acelerado. A migração ainda exerce um papel importante nesse processo de urbanização, seja no sentido rural-urbano ou urbano-urbano. As evidências empíricas a seguir irão reafirmar que essa migração com direção principalmente a RMGV tem se manifestado como um ganho importante para a região.

Evidências empíricas

A Tabela 3, a seguir, mostra as estimativas de Razão de Chance (*odds ratio*) e Intervalos de Confiança (95%) para as variáveis tomando as primeiras categorias como referência. O modelo 1 compara migrantes interestaduais com os não migrantes, todos residentes no estado do Espírito Santo. O modelo 2 compara os migrantes interestaduais entre si conforme o destino: se para a região metropolitana ou para outros municípios do estado capixaba. Já o modelo 3 analisa os diferenciais entre migrantes intermunicipais e não migrantes da RMGV. Para todos os três modelos adotam-se as variáveis: sexo, idade, cor/raça, nível

de instrução e renda.

No modelo 1, a *O.R* de 0,878 (I.C = 0,778-0,990; p-valor = 0,034) para a variável sexo indica que a chance de o migrante interestadual ser do sexo feminino é menor em se comparando ao sexo masculino. Essa menor participação do sexo feminino na migração interestadual pode ser explicada pelo processo migratório tardio em relação ao masculino, assim como pela maior proporção de homens ocupando a posição de chefe de família e que favorecem o deslocamento destes (Fusco, 2000; Silva; Queiroz, 2016).

No modelo 2 a chance do migrante interestadual com destino a RMGV ser do sexo feminino é 1,352 vezes maior do que do sexo masculino (I.C

= 1,133-1,614; p-valor = 0,001) em se comparando aos migrantes com destino aos demais municípios da UF. Embora, no modelo 3, em que são comparados os diferenciais entre migrantes intermunicipais e não migrantes residentes na região metropolitana, os resultados da variável sexo mostram que esse diferencial não existe para a RMGV. Esses resultados podem estar associados à maiores oportunidades de trabalho para as mulheres na região metropolitana (Silva Filho; Queiroz; Clementino, 2016), bem como pelo aumento do percentual de mulheres migrantes que é impulsionado por essa mudança (Holst; Schäfer; Schrooten, 2008; Gama; Hermeto, 2017).

TABELA 3: Estimativas para a Razão de Chance, Intervalos de Confiança (95%) e p-valor das variáveis dos modelos logit

Variável	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	<i>odds ratio</i> (I.C 95%)	p-valor	<i>odds ratio</i> (I.C 95%)	p-valor	<i>odds ratio</i> (I.C 95%)	p-valor
Sexo						
Masculino	ref.	-	ref.	-	ref.	-
Feminino	0,878 (0,778-0,990)	0,034	1,352 (1,133-1,614)	0,001	1,117 (0,9587-1,302)	0,158
Idade						
15-19	ref.	-	ref.	-	ref.	-
20-24	0,754 (0,431-1,320)	0,323	1,920 (0,810-4,549)	0,138	1,389 (0,760-2,539)	0,286
25-34	1,267 (0,758-2,116)	0,323	1,801 (0,825-3,933)	0,140	1,759 (1,005-3,0817)	0,048
35-44	1,178 (0,705-1,967)	0,531	1,936 (0,886-4,231)	0,097	2,571 (1,462-4,521)	0,001
45-54	1,491 (0,890-2,498)	0,129	1,960 (0,895-4,295)	0,093	3,214 (1,813-5,698)	0,000
55-64	1,251 (0,732-2,137)	0,413	2,580 (1,140-5,839)	0,023	5,963 (3,139-11,329)	0,000
65 e +	1,207 (0,639-2,280)	0,561	2,872 (1,080-7,641)	0,035	11,450 (3,618-36,237)	0,000
Cor/raça						
Branca	ref.	-	ref.	-	ref.	-
Preta	1,349 (1,082-1,681)	0,008	1,309 (0,950-1,804)	0,100	0,728 (0,564-0,940)	0,015
Parda	1,394 (1,226-1,584)	0,000	1,188 (0,982-1,438)	0,076	0,7385235 (0,626-0,871)	0,000
Nível de Instrução						
Sem instrução ou fundamental incompleto	ref.	-	ref.	-	ref.	-
Fund. completo ou médio incompleto	1,300 (1,051-1,608)	0,015	1,275 (0,945-1,719)	0,112	0,836 (0,630-1,111)	0,217
Médio completo ou superior incompleto	1,259 (1,057-1,500)	0,010	1,468 (1,142-1,889)	0,003	0,758 (0,600-0,959)	0,021
Superior completo	1,233 (1,033-1,472)	0,021	1,458 (1,121-1,897)	0,005	0,894 (0,702-1,139)	0,365
Renda						
até 1 salário mínimo	ref.	-	ref.	-	ref.	-
mais de 1 e até 3 salários mínimos	0,933 (0,808-1,077)	0,347	1,546 (1,256-1,903)	0,000	0,952 (0,798-1,136)	0,588
mais de 3 e até 5 salários mínimos	1,130 (0,908-1,408)	0,273	2,040 (1,477-2,818)	0,000	1,059 (0,810-1,384)	0,674
mais de 5 e até 9 salários mínimos	0,965 (0,724-1,286)	0,808	2,617 (1,655-4,138)	0,000	0,894 (0,638-1,253)	0,517
mais de 9 salários mínimos	1,003 (0,738-1,364)	0,983	2,308 (1,431-3,723)	0,001	1,220 (0,813-1,830)	0,336

Nota: Foram excluídas as categorias de cor/raça: indígena, amarela e não determinada; de idade: inferior a 15 anos de idade; e de nível de instrução: indeterminado. O valor do salário mínimo adotado foi o vigente em julho de 2010 (R\$ 510,00).

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE).

No modelo 1, para a variável idade, todos os intervalos de confiança incluíram a unidade indicando não haver associação (e p-valor acima de 0,05). No modelo 2 houve associação para os grupos etários mais envelhecidos (para 55-64 anos, com O.R de 2,580, I.C = 1,140-5,839, p-valor = 0,023; e para 65 anos e mais, com O.R de 2,872, I.C = 1,080-7,641, p-valor = 0,035); e razão de chance maior e progressiva de o indivíduo ser migrante a partir dos 25 anos de idade, chegando a uma O.R de 11,45 (I.C = 3,618-36,237; p-valor = 0,000) para faixa etária de 65 anos de idade e mais no modelo 3. No entanto, são resultados curiosos, já que indivíduos com mais de 65 anos têm uma menor chance de migrar por motivos econômicos devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho (Gama; Hermeto, 2017). Esses resultados encontrados para a variável idade sinalizam desafios importantes para as políticas públicas⁶, especialmente para o mercado de trabalho metropolitano.

Para o quesito cor/raça os resultados do modelo 2 não mostraram efeito. No modelo 1, a chance de ser migrante interestadual aumenta para as categorias preta (OR = 1,349; I.C = 1,082-1,681; p-valor = 0,008) e parda (OR = 1,394; I.C = 1,226-1,584; p-valor = 0,000) em relação a branca o que ocorre de forma contrária para migrantes intermunicipais da RMGV no modelo 3, com menores chances de o migrante intermunicipal ser das cores preta (OR = 0,728; I.C = 0,564-0,940; p-valor = 0,015) e parda (OR = 0,738; I.C = 0,626-0,871; p-valor = 0,000).

Quanto a variável renda, apenas o modelo 2 indicou associação estatisticamente significativa (com p-valor < 0,05 e intervalos de confiança sem incluir a unidade), indicando que o migrante interestadual com destino a região metropolitana tem maior chance de auferir rendimentos maiores do que o restante da população.

No que diz respeito ao grau de

instrução, também aumenta a possibilidade de o migrante ser mais escolarizado, especialmente os que se destinam a RMGV em se comparando aos demais municípios do estado capixaba. Dessa forma, a migração tem se convertido como um ganho para o local de destino através do aumento da renda e de capital humano com a chegada de trabalhadores mais qualificados e experientes (Queiroz; Baeninger, 2014) e que já passaram pelo processo de adaptação no mercado de trabalho urbano/metropolitano (Martine, 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos migratórios com destino ao estado capixaba tiveram grande contribuição no crescimento populacional do estado nas últimas décadas, sobretudo pelas trocas migratórias com os estados fronteiriços. Essa dinâmica também torna evidente a centralidade da RMGV no crescimento da população urbana do estado que, embora ainda concentre uma proporção de pessoas vivendo na zona urbana abaixo da média nacional, a atratividade da região metropolitana elevou essa média trazendo desafios para o planejamento urbano e regional.

As evidências empíricas aqui explanadas sinalizam tanto avanços com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, quanto os desafios importantes para as políticas públicas, especialmente para o mercado de trabalho metropolitano. Algumas delas têm uma relação estreita com mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais; e necessitam ser melhores investigadas para que sejam compreendidas dentro de suas singularidades. De toda forma, o uso da metodologia quantitativa aqui empregada permite avanços que extrapolam a análise descritiva, pois o modelo permite avaliar graus e razões de ex-

6 - De fato, a maior mobilidade de indivíduos com idades a partir de 65 anos e seus desafios para a região mereceria maior detalhamento, contudo, pelas delimitações e escopo desse trabalho esse assunto poderá ser abordado de forma mais detalhada em trabalhos futuros.

plicação de uma variável em relação à variável resposta. Ou seja, permite quantificar em que medida cada variável exerce efeito sobre a chance do indivíduo ser migrante.

Assim, a migração tem demonstrado como um instrumento importante para o desenho de políticas públicas e o desenvolvimento econômico. Não

só os volumes desses fluxos de pessoas como também o perfil desses migrantes apresentam questões fundamentais ao desenvolvimento social e econômico do estado. As políticas públicas devem considerar tais impactos para amenizar as desvantagens e potencializar os retornos que as migrações podem oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana Aparecida. Novos espaços da migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Tendências do crescimento demográfico nos aglomerados urbanos. In: NETO, Elias Rassi; BÓGUS, Cláudia Maria (eds.). Saúde nos aglomerados Urbanos: uma visão integrada. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003, p. 97-136.

BAENINGER, Rosana Aparecida; LEONCY, Carla. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da polícia federal (Ministério da Justiça). In: Mary Garcia Castro. (Org.). Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas. 01ed. Brasília, DF: CNPD, 2001, v. 01, p. 187-242.

BAPTISTA, Emerson Augusto; CAMPOS, Jarvis; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Anais... Águas de Lindóia/SP: ABEP, 2012.

BARBIERI, Alisson Flávio; DOMINGUES, Edson; QUEIROZ, Bernardo Lanza; RUIZ, Ricardo Machado; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CARVALHO, José Alberto Magno de; RESENDE, Marco Flávio da Cunha. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025-2050. *Population and Environment*, v. 31, p. 344-370, 2010. doi: 10.1007/s11111-010-0105-1.

BECKER, Gary Stanley. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: National Bureau of Economic Research; distributed by Columbia University Press, 1964.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Anais... Belo Horizonte/MG: ABEP, 2009.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves; MERRICK, Thomas William. Migração, absorção de mão-de-obra e distribuição de renda. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.4, n.1, jan./mai. 1974.

BUFFON, José Antônio. O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 1992. 373p. [s.n].

CAÇADOR, Sávio Bertochi; GRASSI, Robson Antonio. A economia capixaba no período pós-1990: o processo de "diversificação concentradora". *Economia Ensaio* (UFU. Impreso), v. 23, p. 1-19, 2009.

CAÇADOR, Sávio Bertochi; GRASSI, Robson Antonio. A situação da economia do Espírito Santo no início do século XXI: um estado desenvolvido e periférico?

Revista Geografares, v. 14, p. 107-132, 2013.

CORREIA, Isac Alves. Mobilidade populacional e urbanização: reflexões sobre a dinâmica migratória do estado capixaba e seus desdobramentos. In: XI CONGRESSO REGIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER/NE). Anais... Mossoró/RN: SOBER/NE, 2016.

COSTA, Manoel Augusto. Urbanização e migração urbana no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Economia e Sociedade, Campinas, IE/UNICAMP, 1997, n. 6, jun., p. 101-141.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. Revista Geografares, n.7, p. 93-109, 2009.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana Aparecida. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. Bahia Análise & Dados, Salvador – BA/SEI, v.10, n.4, p.79-106, mar. 2001.

DOTA, Ednelson Mariano. A Migração no Espírito Santo no período 1991-2010 e o trabalho: novidades e continuidades. Revista Geografares, v. 21, p. 142-153, 2016.

DOTA, Ednelson Mariano; COELHO, André Luiz Nascentes; CAMARGO, Danilo Mangaba de. Atlas da migração no Espírito Santo. 1. ed. Vitória/ES: Proex/UFES, 2017. v. 1. 95p.

FUSCO, Wilson. Diferenciais por sexo nas migrações internacionais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Anais... Caxambu/MG: ABEP, 2000.

GAMA, Luiz Carlos Day; HERMETO, Ana Maria. Diferencial de ganhos entre migrantes e não migrantes em Minas Gerais. Rev. bras. estud. popul., v.34, n.2, p.341-366, 2017.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; RIBEIRO, Adriana de Miranda. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno - 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Anais... Belo Horizonte, 2004, p. 15.

GERMANI, Gino. Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo/SP: Mestre Jou, 1974, 261p.

GILBERT, Genevieve; MCLEMAN, Robert. Households access to capital and its effects on drought adaptation and migration: a case study of rural Alberta in the 1930s. Population and Environment, v. 32, p. 3-26, 2010. doi: 10.1007/s11111-010-0112-2.

HARRIS, John; TODARO, Michael. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. The American Economic Review, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.

HOLST, Elke; SCHÄFER, Andrea; SCHROOTEN, Mechthild. Gender, migration, remittances: evidence from Germany. Berlin: DIW Berlin, The German Socio-Economic Panel, 2008 (SOEP paper, n. 111).

HOSMER, David; LEMESHOW, Stanley. Applied logistic regression. New York: J. Wiley, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Região Metropolitana da

Grande Vitória – RMGV: Sistema Gestor e Informações Básicas. IPES, Vitória: 2005. Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829_rmgv_sistemagestordeinformacoesbasicas.pdf> Acesso em 13 ago/2016.

JUSTO, Wellington Ribeiro; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Migração inter-regional no Brasil: evidência a partir de um modelo espacial. *Economia*, v.7, n.1, p.163–187, jan./jul. 2006.

JUSTO, Wellington Ribeiro; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil? O perfil do migrante interno brasileiro. *Revista da ABET*, São Paulo, v.8, n.1, p.125-144, jan./jun. 2009.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: Hélio Augusto de Moura (org.). *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 89-114, 722p., 1966.

LEWIS, William Arthur. Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School*, v. 22, p. 139-191, 1954.

LILLEØR, Helene Bie; VAN DEN BROECK, Katleen. Drivers of migration and climate change in LDCs. *Global Environmental Change*, v. 21, n. S1, p. S70–S81, 2011. doi: 10.1016/j.gloenvcha.2011.09.002.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para Discussão, Brasília, IPEA, n. 329, 1994.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: Hélio Augusto de Moura (org.). *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 949-974.

MARTINE, George; NEUPERT, Ricardo. A produção da ABEP na área de migrações internas. In: Elza Berquó (org.), *ABEP – a primeira década: avanços, lacunas e perspectivas*, Belo Horizonte, ABEP, 1988.

MARTINE, George; PELIANO, Jose Carlos Pereira. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. In: Hélio Augusto de Moura (org.). *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p.

MARTINS, José de Souza. O vó das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não há terra para plantar neste verão*. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1986.

MASSEY, Douglas; ARANGO, Joaquin; HUGO, Graeme; KOUAOUCCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431–466, 1993. doi: 10.2307/2938462.

MCCULLAGH, Peter; NELDER, John. *Generalized Linear Models*. 2nd Edition. New York: Chapman and Hall/CRC, 1989. 532 p.

MERRICK, Thomas William; GRAHAM, Douglas. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

OJIMA, Ricardo. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. In: Ricardo Ojima, Wilson Fusco. *Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente*, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015, p.137-158.

OJIMA, Ricardo; COSTA, José Vilton; CALIXTA, R. K. Minha vida é andar por esse país...: a emigração recente no semiárido setentrional, políticas sociais e meio ambiente. *REMHU*, v. 22, p. 149-167, 2014.

OJIMA, Ricardo; NASCIMENTO, Thais Tartalha do. Meio Ambiente, Migração e Refugiados Ambientais: Novos Debates, Antigos Desafios. In: *IV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS)*. Anais... Brasília: ANPPAS. Junho/2008.

OLIVEIRA, Herick Cidarta Gomes de. Migração de retorno para a região do semiárido setentrional brasileiro: evidências dos períodos 1995/2000 e

2005/2010. Dissertação de mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Orgs.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Série Estudos e Análises: Informação demográfica e socioeconômica. n.1. Rio de Janeiro: IBGE. 2011.

OLIVEIRA JR, Adilson Pereira de; SANTOS, Adriano do Carmo; MONTEIRO, Latussa Laranja; BERGAMASCHI, Rodrigo Bettim. A Metrópole na rede urbana brasileira e na configuração interna. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (coord.). Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 25-56.

OLIVEIRA JR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja; TULLI, Livia Maria Albertasse. Organização social do território e mobilidade urbana. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (coord.). Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 260-292.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; BAENINGER, Rosana Aparecida. Migração interestadual de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. In: VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. Anais... Lima/Peru: ALAS, 2014.

RANIS, Gustav; FEI, John. A theory of economic development. The American Economic Review, v. 51, n. 4, p. 533-565, 1961.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. The laws of migration (Second Paper). Journal of the Royal Statistical Society, v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: 32 ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). Anais... São Paulo: ANPOCS, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. Revista do Centro de Estudos da Migração, número especial, 21 p., jan. 2000.

SCHULTZ, Theodore William. Investment in human capital. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SILVA, João Gomes da; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Região Metropolitana do Cariri (RMC): um olhar para a seleção do migrante no mercado de trabalho. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 10, n. 1, p. 82-98, 2016.

SILVA FILHO, Luís Abel da; QUEIROZ, Silvana Nunes de; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. Mercator, v. 15, n. 2, p. 37-54, abr./jun. 2016.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo. In.: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza/CE: BNB/ETENE, 1980, p. 211-244, 722p.

SJAASTAD, Larry. The costs and returns of human migration. The Journal of Political Economy, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, out/1962, p. 80-93.

TODARO, Michael. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. American Economic Review, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1969.

TOSCANO, Victor Nunes; GERVÁSIO, Débora; TRESINARI, Edna Moraes; HEREDIA, José Antônio; EVANGELISTA, Thamirys Figueredo. A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (coord.). Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 93-116.

